

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL · UNIFOR · 22 DE DEZEMBRO DE 2025

PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO PROGRAMA JUSTIÇA 4.0 PARA O JUDICIÁRIO BRASILEIRO: É POSSÍVEL FALAR EM REDUÇÃO DE TEMPO DE TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS?

Por Mariana Dionísio de Andrade e Isabela Sombra de Sousa

Fonte: OpenAlex · Unifor · [Publicação original](#)

INOVAÇÃO	APLICABILIDADE	POTENCIAL ECONÔMICO	MATURIDADE
7/10	9/10	8/10	Média

Esta pesquisa avalia a eficácia do Programa Justiça 4.0 na redução do tempo de tramitação de processos judiciais no Brasil. Conclui que a implementação do programa, com suas soluções digitais e de IA, contribuiu para uma redução de 3,77% no tempo médio de tramitação entre 2020 e 2023 (de 4 anos e 5 meses para 4 anos e 3 meses), validando seu impacto positivo na eficiência do Judiciário, ao mesmo tempo em que aponta para os riscos inerentes ao uso da IA.

NÚCLEO DA ANÁLISE

Ideia de startup ou produto

Uma startup focada em desenvolver e comercializar uma plataforma de 'Otimização Judicial Inteligente' para tribunais e grandes escritórios de advocacia. A plataforma utilizaria IA para análise preditiva de tempo de processo, identificação de gargalos, automação de tarefas repetitivas (ex: triagem de petições, geração de minutas padronizadas) e um dashboard de gestão em tempo real para monitorar a performance e sugerir intervenções.

Aplicações práticas

Os resultados podem ser utilizados para justificar e orientar investimentos contínuos em tecnologia no Judiciário, otimizar a gestão de processos judiciais, desenvolver novas ferramentas de automação e IA para tribunais e escritórios de advocacia, e formular políticas públicas para aprimorar a eficiência do sistema de justiça.

Potencial de mercado

Alto potencial de mercado para soluções de Legal Tech e GovTech focadas em automação judicial, análise preditiva de processos, gestão de documentos com IA e plataformas digitais para otimização da eficiência do sistema de justiça. Há uma demanda crescente por ferramentas que acelerem a tramitação processual e melhorem

a acessibilidade à justiça.

FUNDAMENTO CIENTÍFICO

Problema abordado

O tempo excessivo de tramitação dos processos judiciais no Brasil e a necessidade de avaliar se a implementação do Programa Justiça 4.0, com suas inovações tecnológicas e de inteligência artificial, é capaz de reduzir significativamente esse tempo.

Metodologia

Abordagem predominantemente qualitativa, de natureza pura e comparativa, baseada em revisão de literatura e análise de dados secundários do Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Principais descobertas

O Programa Justiça 4.0 contribuiu para a diminuição do tempo médio de tramitação dos processos pendentes, resultando em uma redução de 3,77% (de 4 anos e 5 meses em 2020 para 4 anos e 3 meses em 2023). Isso demonstra a capacidade das inovações tecnológicas e da inteligência artificial de impactar positivamente a eficiência judicial, embora os riscos associados ao uso de IA no Judiciário também sejam reconhecidos.

LEITURA PARA GESTÃO PÚBLICA

Os achados reforçam a necessidade de continuar e expandir o Programa Justiça 4.0, com foco em políticas públicas que garantam financiamento adequado, diretrizes éticas claras para o uso de IA, programas de capacitação tecnológica para servidores e magistrados, e um framework robusto de monitoramento e avaliação para garantir a efetividade e a equidade das inovações tecnológicas no Judiciário.

PARCERIA UNIVERSIDADE × EMPRESA

Parceria entre a UNIFOR (ou outras universidades com expertise em Direito e Tecnologia), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e empresas de Legal Tech. O objetivo seria criar um laboratório de inovação para co-desenvolver e testar soluções de IA e automação para o Judiciário, focando em desafios específicos identificados pelo CNJ, garantindo a validação acadêmica e a aplicabilidade prática das tecnologias.

OPORTUNIDADES DERIVADAS

4 direções estratégicas identificadas

STARTUP · IMPACTO ALTO · INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Plataforma de Otimização Judicial com IA

Desenvolver uma plataforma SaaS que utilize IA para análise preditiva de tempo de processo, automação de tarefas repetitivas (ex: triagem de documentos, geração de minutas simples) e gestão inteligente de fluxo de trabalho para tribunais e escritórios de advocacia.

PARCERIA · IMPACTO ALTO · INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Centro de Excelência em Legal Tech e IA Judicial

Estabelecer uma parceria entre universidades (como UNIFOR), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e empresas de tecnologia para criar um centro de pesquisa e desenvolvimento focado em novas soluções de Legal Tech e IA para o Judiciário, com foco em validação, ética e escalabilidade.

POLÍTICA PÚBLICA · IMPACTO ALTO · GOVTECH

Política Nacional de Aceleração Judicial 4.0

Desenvolver e implementar uma política pública robusta que garanta financiamento contínuo, diretrizes éticas para IA, programas de capacitação tecnológica para servidores e magistrados, e um framework de monitoramento e avaliação para a expansão e aprimoramento do Programa Justiça 4.0.

PRODUTO CORPORATIVO · IMPACTO MÉDIO · SOFTWARE

Módulo de Análise Preditiva para Sistemas Judiciais Existentes

Empresas de software que já fornecem sistemas para o Judiciário (e.g., PJe, e-SAJ) podem desenvolver e integrar módulos de IA para análise preditiva do tempo de tramitação, identificação de gargalos e sugestão de ações para acelerar processos, como um add-on ou upgrade para seus produtos atuais.

ABSTRACT ORIGINAL

Esta pesquisa tem como objetivo responder ao seguinte questionamento: a implementação do Programa Justiça 4.0 pode assegurar a redução de tempo de tramitação dos processos judiciais? Para isso, inicialmente, busca-se estudar o contexto, eixos temáticos e objetivos do Programa Justiça 4.0 como política judiciária e os benefícios proporcionados pela utilização das soluções digitais. Em seguida, identificar quais são os efeitos da adoção de inovações tecnológicas para o tempo de tramitação processual, realizando uma análise comparativa do tempo médio de duração dos processos antes e após a implementação do Programa Justiça 4.0, e qual a contribuição para alcançar as metas nacionais do Conselho Nacional de Justiça. Por fim, explica-se o risco da utilização de ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial no Judiciário. Para a realização da pesquisa, a abordagem é predominantemente qualitativa, de natureza pura e comparativa, baseada em revisão de literatura e na utilização de dados secundários disponíveis no Relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça. Conclui-se que a implementação do Programa Justiça 4.0 tem contribuído para a diminuição do tempo médio de tramitação dos processos pendentes, tendo em vista que o tempo médio de tramitação dos processos do acervo em 2020, quando ainda não havia sido implementado o programa, era de 4 anos e 5 meses, passando a ser de 4 anos e 3 meses em 2023, o que representa uma redução de 3,77%. Palavras-chave: Programa justiça 4.0; Judiciário brasileiro; políticas judiciárias; inteligência artificial; tempo de tramitação do processo judicial.

MATÉRIA PARA LEIGOS

Para leigos: Justiça 4.0: A Tecnologia Está Deixando os Processos Judiciais Mais Rápidos?

O cenário atual

O Judiciário brasileiro enfrenta o desafio de processos judiciais que demoram a ser resolvidos. Para tentar mudar essa realidade, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou o Programa Justiça 4.0. Este programa busca modernizar a justiça, usando ferramentas digitais e inteligência artificial para agilizar o trabalho dos tribunais. O objetivo é transformar as políticas judiciárias e trazer mais eficiência.

O que os pesquisadores fizeram

As pesquisadoras Mariana Dionísio de Andrade e Isabela Sombra de Sousa, da UNIFOR, buscaram responder se a implementação do Programa Justiça 4.0 realmente consegue diminuir o tempo de tramitação dos processos

judiciais. Para isso, elas realizaram um estudo de natureza qualitativa e comparativa. A pesquisa se baseou em uma revisão da literatura existente sobre o tema e na análise de dados secundários, ou seja, informações já publicadas no Relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O trabalho envolveu três etapas principais: primeiro, entender o Programa Justiça 4.0, seus objetivos e os benefícios das soluções digitais. Segundo, comparar o tempo médio de duração dos processos antes e depois da implementação do programa, verificando sua contribuição para as metas do CNJ. Por fim, as autoras também abordaram os possíveis riscos do uso de tecnologias e inteligência artificial no Judiciário.

Como funciona na prática

O Programa Justiça 4.0 busca trazer inovações tecnológicas para o dia a dia do Judiciário. Embora o paper não detalhe as ferramentas específicas, o objetivo é utilizar soluções digitais e inteligência artificial para automatizar tarefas, otimizar fluxos de trabalho e, assim, tornar a tramitação dos processos mais eficiente. Isso inclui a digitalização de documentos, o uso de sistemas para gerenciamento processual e, em alguns casos, algoritmos que podem auxiliar na análise de dados ou na identificação de padrões, sempre com o propósito de reduzir o tempo que um processo leva para ser concluído.

Resultados e evidência

A pesquisa concluiu que o Programa Justiça 4.0 tem, de fato, contribuído para a redução do tempo médio de tramitação dos processos pendentes no Judiciário brasileiro. Para chegar a essa conclusão, as pesquisadoras compararam dados de antes e depois da implementação do programa.

Em 2020, antes do programa ser totalmente implementado, o tempo médio de tramitação de um processo era de 4 anos e 5 meses. Já em 2023, após a implementação do Justiça 4.0, esse tempo diminuiu para 4 anos e 3 meses. Essa mudança representa uma redução de 3,77% no tempo médio de duração dos processos.

Implicações práticas

Os resultados deste estudo têm importantes implicações práticas. Para os cidadãos, a redução no tempo de tramitação significa que seus processos podem ser resolvidos mais rapidamente, diminuindo a espera e a incerteza. Para o Judiciário, demonstra que o investimento em tecnologia e inteligência artificial pode trazer ganhos reais de eficiência.

Para formuladores de políticas públicas, o estudo oferece evidências de que programas como o Justiça 4.0 são eficazes e podem servir de base para a criação de novas iniciativas ou para o aprimoramento das já existentes. Jornalistas e empresários podem observar uma tendência de modernização do setor jurídico, com potencial para novas soluções e debates sobre o futuro da justiça no Brasil.

Limitações e próximos passos

A pesquisa utilizou uma abordagem predominantemente qualitativa e se baseou em dados secundários do CNJ. O paper não detalha outras limitações específicas do estudo, mas os próprios autores alertam para o risco da utilização de ferramentas tecnológicas e de inteligência artificial no Judiciário.

Embora o estudo aponte para a contribuição positiva do programa, o paper não detalha quais seriam os próximos passos da pesquisa ou quais aspectos específicos do programa poderiam ser aprofundados em estudos futuros. Contudo, a menção aos riscos da inteligência artificial sugere a necessidade de um olhar atento para o uso ético e seguro dessas ferramentas no futuro da justiça.

QUEM SÃO OS PESQUISADORES

Quem são os pesquisadores

As pesquisadoras Mariana Dionísio de Andrade e Isabela Sombra de Sousa são as autoras deste estudo, realizado na UNIFOR. O paper não detalha suas afiliações específicas, vínculos prévios ou trajetória profissional, além de sua ligação com a universidade para a realização desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE

Process (computing) · Work (physics) · Context (archaeology) · Flexibility (engineering) · Order (exchange)